



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 02/02/09

Sávio Silveira Barbosa
Mat.: Sape 91745

CC02/C01
Fls. 175

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº 10830.003887/2001-68

Recurso nº 133.619 Voluntário

Matéria PIS/Pasep

Acórdão nº 201-81.586

Sessão de 07 de novembro de 2008

Recorrente FORMAGGIONI & CIA LTDA.

Recorrida DRJ em Campinas - SP

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

Período de apuração: 18/06/1991 a 15/09/1995

PIS/PASEP. RESTITUIÇÃO. DECRETOS-LEIS N°S 2.445/88 E 2.449/88.

O prazo prescricional para pleitear a restituição da contribuição recolhida indevidamente a título de PIS, em razão da constitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, é de 05 (cinco) anos contados a partir da Resolução do Senado que suspendeu a vigência destes dispositivos normativos ou do pagamento a maior, o que ocorrer por último. Transcorridos 5 (cinco) anos destes fatos, inexistente o direito do contribuinte, por prescrito.

Recurso voluntário negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso. Vencido o Conselheiro Ivan Allegretti (Suplente), que dava provimento parcial para afastar a decadência em razão da tese dos 5 mais 5.

Josefa Maria Coelho Marques:
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Presidente

Fabiola Cassiano Keramidas:
FABIOLA CASSIANO KERAMIDAS
Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Walber José da Silva, Maurício Taveira e Silva, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça, José Antonio Francisco e Gileno Gurjão Barreto.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 02 / 02 / 09

Sílvio Silveira Barbosa
Mat.: Sape 91745

CC02/C01
Fls. 176

Relatório

Trata-se de pedido de restituição de créditos da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, protocolado em 30/05/2001, combinado com pedido de compensação de débitos vincendos de PIS e Cofins. Os indébitos de PIS, na alegação da interessada, teriam sido gerados pela constitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88, declarada por decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal.

A DRJ em Campinas - SP, por meio do Despacho Decisório de fls. 72/77, indeferiu a solicitação da recorrente, por entender pela inexistência de direito creditório, em razão da ocorrência de decadência, sendo que o início da contagem do prazo decadencial teria se dado com a publicação da Resolução do Senado Federal nº 49, em 10/10/95, a qual retirou os dispositivos declarados constitucionais do ordenamento jurídico.

Inconformada com o indeferimento de seu pedido, a Recorrente apresentou suas razões de impugnação, às fls. 78/114, em que defendeu a existência do crédito com base nos seguintes argumentos:

(i) **decadência no caso de lançamento por homologação:** no lançamento por homologação o pagamento é feito em condição resolutória. O art. 150, § 4º, do CTN, estabelece o prazo de 05 (cinco) anos para a Fazenda efetuar a homologação do lançamento ou homologação tácita, apenas após este prazo o crédito é considerado extinto. Assim, na hipótese, contados da data do fato gerador, temos 5 (cinco) anos até a extinção do crédito pela homologação tácita e mais cinco anos, daí em diante, para decair do direito de pedir repetição, totalizando, portanto, 10 (dez) anos;

(ii) **semestralidade:** a Lei Complementar nº 7/70, art. 6º, parágrafo único, estabelece que a base de cálculo da contribuição é o faturamento do sexto mês anterior ao do fato gerador, sem a incidência de correção monetária, conforme jurisprudência do STJ e julgados do TRF/SP; e

(iii) **suspensão da exigibilidade:** argumentou que estão presentes os requisitos necessários à suspensão dos créditos tributários objetos de compensação.

Após analisar a defesa da recorrente, a Quinta Turma da DRJ em Campinas - SP proferiu o Acórdão nº 11.709, fls. 120/125, por meio do qual manteve o indeferimento do pedido de restituição, concluindo pela decadência do direito de a contribuinte requerer a restituição do tributo, iniciando-se a contagem do prazo decadencial do momento do recolhimento do tributo (cinco anos do pagamento).

Indignada, a recorrente apresentou recurso voluntário às fls. 132/165, reiterando as alegações já trazidas à colação em suas razões de inconformidade, ou seja, que o prazo para restituir os tributos sujeitos ao lançamento por homologação é de 10 (dez) anos e que a aplicação da semestralidade para o cômputo do tributo está definido na Lei Complementar nº 7/70.

É o Relatório.

[Assinatura]

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE'S
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 02 / 02 / 09

Sílvio Siqueira Barbosa
Mat.: Sape 91745

CCD2/C01
Fls. 177

Voto

Conselheira FABIOLA CASSIANO KEAMIDAS, Relatora

O recurso voluntário é tempestivo e atende às demais exigências legais, razão pela qual dele conheço.

Inicialmente, cumpre ressaltar que o posicionamento desta Câmara (e deste Conselho), no que se refere ao prazo conferido ao contribuinte para pleitear a restituição de tributos pagos a maior ou indevidamente, em virtude de declaração de inconstitucionalidade da norma instituidora da exação, é no sentido de que o pedido de restituição/compensação prescreve em 05 (cinco) anos contados a partir da publicação da Resolução do Senado Federal que retirou a eficácia da lei declarada inconstitucional.

É o que se verifica da análise dos Recursos nºs 125.110; 125.111; 125.112; 124.585; 124.774; 124.579, dentre outros desta Câmara.

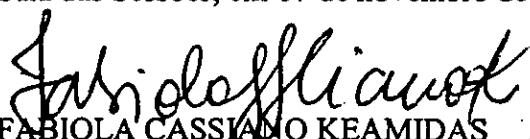
Neste caso, portanto, considerando que a Resolução do Senado que promoveu a suspensão da eficácia dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 foi publicada em outubro de 1995, decorreu *in albis* o prazo para que a requerente pleiteasse a restituição de seus créditos (visto que o pedido foi protocolado em 30/05/2001).

No caso de a recorrente pleitear seu direito no Judiciário, regista-se que, se a hipótese for de não ocorrência da prescrição pela aplicação da tese dos 5 mais 5, uma vez que o pedido foi apresentado antes da publicação da Lei Complementar nº 118/2005, por óbvio que o cálculo deverá considerar a aplicação da semestralidade na base do PIS sem incidência de correção monetária, como forma de apuração do crédito tributário. Tal posicionamento, inclusive, transformou-se em súmula deste Egrégio Segundo Conselho de Contribuintes.

Em face do exposto, conheço do presente recurso e o julgo improcedente no mérito, mantendo a decisão proferida pela Delegacia de Julgamento, ainda que por fundamento diverso.

É como voto.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2008.


FABIOLA CASSIANO KEAMIDAS

